

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURA**

MARIA ELIS NUNC-NFÔNRO

**HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2020

MARIA ELIS NUNC-NFÔNRO

**HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA
PORTUGUESA**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura”.

Orientadora: Profa. Dra. Maurini de Souza

CURITIBA - PR

2020

TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Ensino de Língua Portuguesa e Literatura



Histórias e culturas indígenas nos livros didáticos de LP.

por

MARIA ELIS NUNC NFOONRO

Esta monografia foi apresentada às 15:45 do 10 de setembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista no Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura** – Polo de Indaial - SC, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**

Marcelo Fernando de Lima

Ismael Scheffler

Maurini de Souza

a autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:
<http://certificados.utfpr.edu.br/validar/C376C7CD>

Rio de histórias/ Memórias de um rio

Nas manhãs de verão elas chegavam cedo e mergulham se medo. Eram miúdas, falantes, risonhas. Conheciam cada pedrinha do fundo. Brincavam com os peixinhos.

Os homens adultos vinham para pesca. Com seus balaio e redes, levavam apenas o necessário para um dia ou dois. Cará e mandi eram muito apreciados.

Os meninos maiores estavam sempre junto para aprender. Nem pegavam tantos peixes. Gostavam mesmo era de apostar para ver quem chegava na outra margem primeiro. Tinham braços ligeiros. A competição era difícil.

Na vez das mulheres a tarefa era de lavar as roupas e banhar a criançada. Às vezes vinham em grupo. Cada uma em seu lugar preferido, em grandes pedras. Cantavam, conversavam, ensinavam as meninas-moças.

A canoa estava sempre à margem aguardando uma travessia.

Nos dias de chuva era só solidão. Nada de crianças, nem pescaria ou lavação de roupa. A água ficava turva e movimentada.

Eles estavam próximos. Observavam o movimento das águas. Assim que as chuvas cessavam tudo retornava como antes, e o reencontro era uma alegria só.

Foram várias gerações. O filho, o neto, o bisneto.

Até que ela chegou. Com seu tamanho descomunal.

As primeiras chuvas já deixaram prejuízos. Plantações perdidas, casas inundadas, quintais destruídos. Histórias na lama.

E a cada período de tormenta, o rio que antes alegrava o nosso povo; de repente espantou todos.

Casas e roças foram abandonadas.

Os homens não voltaram mais para a pescaria, acabaram-se os peixes.

Agora é só silêncio e solidão. Sem a risada das crianças, sem a falação das mulheres.

A canoa foi desprezada.

Morar na margem não era mais seguro. Não garantia mais subsistência.

A aldeia foi para longe. Dividiu as famílias. Adormeceu muitas histórias.

Alguns foram e nunca mais voltaram.

E o mesmo rio que no passado foi o pulmão da aldeia e enriqueceu a cultura Laklãnõ, rompeu as regras e os limites da harmonia.

Mas a culpa não é do rio. Ela é a culpada.

Com a barragem, muitas linhas da história narraram a trajetória difícil do povo dono da terra. O rio, seu bem tão precioso, hoje aprisionado em uma barragem, durante anos alimentou e lavou o corpo e alma do povo Laklãnõ. A água antes calma e clara, hoje vermelha, marca de dor tudo o que encontra em tempos de cheia.

O povo guerreiro refez as casas, abriu novas picadas. Uniu as forças. Reafirmou sua existência. Reescreveu as linhas da história.

Ela permanece lá, com seu ar de imponência tentando nos afogar.

E a cada chuva, após cada inundação, nos fortalecemos como a força das águas. Amassamos a lama e construímos novos capítulos de uma história que será contada para as próximas gerações.

Ela não vai mais embora, mas nós também vamos ficar.

Autora: Maria Elis Nunc-Nfõonro

Texto premiado no 21º Salão FNLIJ – 23 a 31 de outubro de 2019 no Rio de Janeiro, através do 16º Concurso Tamoios – Concurso que reconhece e premia escritores indígenas.

DEDICATÓRIA

À minha ancestralidade,

Por todo exemplo de persistência

Que me serve hoje de encorajamento

Luta e resistência.

Que a palavra falada e escrita das nações indígenas alcance todo território

que de nós foi usurpado.

RESUMO

NUNC-NFÔNRO, Maria Elis. Compartilhamento da informação e do conhecimento em bibliotecas especializadas. 2020. 36 f. Monografia (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2020.

Este trabalho acadêmico propõe uma abordagem dos Livros Didáticos utilizados nas escolas municipais de Blumenau – SC, e verificar o trabalho realizado sob a lei 11645/08. A citada lei obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas e em diferentes disciplinas. Nesse sentido, utilizamos na pesquisa a análise da abordagem presente em Livros Didáticos (LD) de Língua Portuguesa (LP) trabalhado em sala de aula, no município de Blumenau. Ressaltamos, neste trabalho, a temática indígena apenas. Ao nos debruçarmos sobre o material didático, observamos nesse o limitado espaço destinado às diversas etnias indígenas que contribuíram para a constituição cultural dos brasileiros.

Palavras-chaves: Lei 11.645/2008. Livro didático. Ensino de Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Blumenau (SC).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ÍNDIOS NO BRASIL	9
2.1	Blumenau: seu passado e presente indígena	10
2.2	Políticas públicas sobre a temática indígena.....	12
2.3	Silenciamento como discurso.....	15
3	METODOLGIA	16
3.1	Caracterização da Pesquisa	17
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	18
4.1	O livro didático	18
4.2	Apresentação dos dados coletados	19
4.3	Discussão dos resultados	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS	32
	ANEXOS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Isso implica a necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o ensino fundamental e médio. Conseqüentemente, essa temática aparece também no livro didático, uma vez que ele é um dos instrumentos mais utilizados pelos professores e alunos nos processos de ensino e aprendizagem. Esta pesquisa irá observar o tópico História e Culturas indígenas. Nesse sentido, o presente estudo busca investigar se essa Lei está sendo abordada e como isso está ocorrendo nos livros didáticos de português. O *corpus* de análise será constituído por livros didáticos de português, destinados às turmas de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, adotados pelo município de Blumenau, SC. Como suporte metodológico, será utilizado o método quantitativo, para verificar a presença de textos cuja temática determinada pela Lei seja contemplada.

A problemática é o cumprimento da lei 11.645/2008. Como e se esta lei está sendo cumprida na abordagem dos livros didáticos de Língua portuguesa (ensino fundamental 2 - 6º ao 9º ano). Assim, faz-se necessário observar se os textos são escritos por indígenas e se há, nas atividades de interpretação desses textos, a valorização da cultura dos povos originários, e de que forma os textos aparecem, em especial, questionar se aparecem apenas como instrumento para aplicação de ensino de normas gramaticais e observar no manual dos professores, o suporte ao professor para trabalhar a temática.

A escolha por trabalhar com livros aprovados pelo PNLD, após uma década da implantação da referida lei, foi feita, sobretudo, com vistas a observar os avanços no que diz respeito à abordagem da temática da cultura e história indígena.

Ao observar o cumprimento da lei 11.645/2008 e as histórias e culturas indígenas nos livros didáticos, apresentando um panorama dos livros selecionados; espera-se analisar se houve quebra no silenciamento histórico imposto aos povos indígenas no Brasil (ORLANDI, 1990 e 2007) ou se os livros mantêm tal silenciamento, que trataremos aqui como Censura (Idem).

Na proposta de analisar o cumprimento da Lei 11.645/2008 no suporte livro didático, a autora, que é indígena Laklãnõ Xokleng e professora de Língua Portuguesa efetiva na Rede

Municipal de Blumenau, fez um levantamento dos LD de Língua Portuguesa utilizados em 37 escolas municipais de Blumenau. Esse número corresponde a todas as escolas de Blumenau que atendem o ensino fundamental 2- 6º ao 9º ano, assim, teremos o mapeamento completo da rede municipal de Blumenau. Ao analisar os textos e as sequências didáticas apresentadas nos livros didáticos sob a ótica indígena, neste caso a autora, bem como da legislação, é possível traçar um parâmetro entre a voz e o silenciamento indígena nos discursos dos livros didáticos analisados e visualizar como se dá a representatividade dos povos indígenas e suas diversidades nos manuais didáticos.

2 ÍNDIOS NO BRASIL

Conforme informações divulgadas no site oficial da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a atual população indígena brasileira, conforme resultados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. O Censo ainda revelou que em todos os Estados da Federação, inclusive do Distrito Federal, há populações indígenas; e que há 274 línguas indígenas faladas no Brasil, sendo que, cerca de 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa. De acordo com os dados do IBGE de 2010, a população brasileira soma 190.755.799 milhões de pessoas. Desses, 817.963 mil são indígenas, representando 305 etnias diferentes.

Atualmente, os mais de trezentos povos indígenas espalhados por todo o país, fortalecidos pelo crescimento dos movimentos de autodeterminação, vêm se organizando e exigindo da sociedade brasileira respeito à diferença, ao mesmo tempo em que reivindicam direitos comuns aos cidadãos brasileiros. Afirmando suas identidades, diversos povos têm tomado cada vez mais consciência de que podem lutar por seus direitos, suas terras, afirmação das suas identidades, manutenção de seus territórios e valores culturais. A incorporação dos povos indígenas em nossa história na condição de sujeitos históricos e não de vítimas passivas ou de selvagens rebeldes, como sempre foi feita, não é questão de favor. Tampouco se trata apenas do cumprimento da Lei 11.645/08, mas da compreensão de que o silêncio da nossa historiografia acerca desses povos deve ser rompido, do contrário estamos alimentando o desconhecimento que tem gerado equívocos, desrespeito, preconceitos, exclusões, omissões e até etnocídio. Ao promulgar uma lei que torna obrigatório o ensino da história e da cultura dos povos indígenas nas escolas brasileiras, o governo confirma que as pressões resultantes da

luta cotidiana desses povos surtiram efeito. Dessa forma, não se trata de boa vontade, mas do resultado das ações dos Movimentos Indígenas, que há muito tempo vem questionando o total desrespeito com que são tratados, a falta de direitos. Os movimentos indígenas vêm mostrando que não estão fora da história, que não foram exterminados na colônia, tão pouco “assimilados” pela tão falada “civilização”. Trata-se de povos que reafirmam suas identidades num processo de luta constante. Povos que fazem parte da História do Brasil antes mesmo do Brasil ser Brasil, quando ainda era Pindorama.

Neste capítulo, a abordagem da Lei 11.645/2008 e de novas políticas públicas da educação e ensino em escolas brasileiras abre novos horizontes para o ensino da História e cultura dos povos indígenas, vislumbra a possibilidade do rompimento com o silêncio e com a memória produzida pelos grupos hegemônicos do município de Blumenau, colocando sob suspeita o currículo que produz e reproduz a invisibilidade e o silêncio destes povos, rejeitando suas memórias e histórias.

Com o estudo da história e cultura indígena nas escolas brasileiras, e neste caso, escolas blumenauenses, busca-se romper com o silenciamento e os preconceitos produzidos pelo Estado, pela sociedade e pela escola ao longo do tempo. E ao analisar o percurso e os dispositivos ideológicos que produziram as concepções de extermínio e inferioridade sociobiológica e apresentar a possibilidade de construção de outras histórias que coloquem sob suspeita a historiografia local oficial.

Esta análise será feita do ponto de vista dos estudos de Orlandi. Em sua discussão, o silêncio tem estatuto de fundador e constitutivo. É comum, nas ciências da linguagem, dizer que o verbal recobre o não verbal, ou seja: tudo que é do reino da significação é do verbal. Assim, o silêncio fica reduzido à falta de palavras entre palavras; ao silêncio foi dado um estatuto negativo. Em resposta a essas abordagens, Orlandi (1990) dá ao silêncio um estatuto positivo, ao afirmar que ele não é apenas a falta de palavras. Para a autora, o silêncio é uma forma diferente de significar (diferente do verbal), mas não é o vazio: o silêncio significa.

Para autora desta pesquisa, que é indígena Laklãnõ Xokleng, a etnovisão –olhar indígena- na análise dos resultados, é um diferencial

2.1 Blumenau: seu passado e presente indígena.

Blumenau mantém nos registros de sua história, que foi habitada por índios Kaingang e Xokleng também denominados Botocudos e, mesmo antes da fundação da Colônia Blumenau, já havia famílias estabelecidas na região de Belchior, nas margens do ribeirão Garcia e do rio Itajaí-Açú. Entretanto essa parte da história é pouco difundida na cidade, quase que desconhecida por munícipes. Na cidade não há nomes de ruas ou praças que façam alguma referência à presença indígena no passado da história do município, tampouco há estátua ou busto de personagens indígena do período de colonização.

No artigo “Os conflitos étnicos entre colonos e índios no sul de Blumenau/SC: Memórias”, escrito por Martin Stabel Garrote, no IX seminário de pesquisa em educação da região Sul- AMPED SUL-, o autor trata sobre uma questão indígena, com enfoque nos conflitos étnicos na região sul do município de Blumenau, Vale do Itajaí, Santa Catarina, especificamente na localidade da Nova Rússia. Garrote analisa o tema dos contatos étnicos Laklãnõ/Xokleng versus imigrantes europeus e faz um recorte temporal correspondente ao início da colonização da região sul de Blumenau, de 1830 até 1960. Aponta que, neste processo, o índio foi entendido como um empecilho ao processo de colonização. Na Nova Rússia, durante o processo de colonização, houve contatos violentos que causaram mais malefícios ao povo indígena por parte do colonizador, do que o indígena ao povo colonizador, demonstrado pela permanência e dominância dos colonos na região, em que ocuparam todas as vargens e áreas planas. O estudo possibilitou um panorama sobre a história dos conflitos entre colonos e índios na região sul de Blumenau, levantando dúvidas e ampliando a problemática sobre a questão indígena na região, confirmando a necessidade de estudos sobre estes conflitos para que eles possam contribuir com a história Laklãnõ/Xokleng, abrindo novas possibilidades de conteúdos para a educação indígena e pesquisa científica na região do Vale do Itajaí.

Atualmente, na cidade, residem várias famílias indígenas, principalmente das etnias Laklãnõ e Kaingang, porém o município não tem um mapeamento destas, não conseguindo visualizá-las dentro dos programas e atendimentos sociais de saúde, educação e assistência social por exemplo.

O município serve como ponto de venda de artesanato para indígenas das etnias Kaingang e Guarani, vindos dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Vendem seus artesanatos na rodoviária, ruas e sinaleiras do centro da cidade. Chegam a ficar até três meses. Ficam acampados em barracos cobertos por lona, geralmente às margens de rodovia Via Expressa ou próximos ao Viaduto da Ponte Wilson Pedro Kleinübing, conhecida

popularmente como Ponte do *Tamarindo*. Ali não tem luz elétrica, água ou qualquer tipo de saneamento básico. Usam os banheiros da rodoviária para banhos e necessidades fisiológicas.

Já os Laklãnõ Xokleng têm Blumenau como pólo educacional superior. São vários os indígenas acadêmicos na Fundação Universidade Regional de Blumenau–FURB que encontram-se alojados em um prédio abandonado da Secretaria Estadual de Santa Catarina, localizado na rua Itajaí. Observa-se uma omissão por parte do governo municipal sobre a presença indígena no município, seja esta de munícipes que já residem ali por algumas décadas, acadêmicos, ou indígenas que estão na cidade para o comércio de artesanatos. Falta, para comunidade, ferramentas e matérias institucionais de esclarecimento sobre os costumes e cultura indígena, bem como conhecimento sobre a própria colonização do município.

2.2 Políticas públicas sobre a temática indígena

No âmbito educacional, a questão da interculturalidade começou a ganhar espaço nas pautas de discussão recentemente. Com a intenção de refletir sobre e de construir uma educação voltada para a cidadania, em 1998, a questão da pluralidade cultural foi incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação como um dos temas transversais. Conforme o documento de apresentação dos temas transversais, um dos critérios adotados para a escolha e a definição dos temas para o trabalho escolar foi a possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental. Entretanto foi justamente no ensino fundamental que a abordagem dessa temática se apresentava de forma escassa ou superficial. Na justificativa de promover o conhecimento e o intercâmbio cultural da história e da cultura de dois povos formadores da população brasileira, em 2003, foi promulgada a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e prevê o ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo da educação básica. Em seguida, em 2008, essa Lei é alterada para a Lei 11.645, que mantém o ensino da história e da cultura afro-brasileira e acrescenta o ensino da história e da cultura dos povos indígenas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são documentos oficiais que orientam o sistema educacional no país. É a partir deles que são elaborados os planejamentos de ensino nas escolas e os critérios de avaliação de livros didáticos pelo Programa Nacional de Livros didáticos (PNLD). E é com base nesses documentos, ainda, que os livros didáticos aprovados pelo PNLD são orientados.

Tendo em vista que a escola é um dos principais espaços para refletir, ensinar e aprender sobre os diferentes povos e etnias que formam a variedade de culturas de norte a sul

do país, é de extrema relevância que os textos selecionados para o ensino de língua portuguesa, independente do ano, explorem a temáticas e possibilite a discussão acerca da origem e da influência de povos como os negros e os indígenas na construção do país. E um dos instrumentos que faz circular textos na sala de aula é o livro didático. Assim, a coletânea de textos presentes nele deve contribuir para refletir sobre a identidade e sobre a diversidade cultural.

Recentemente, em 2019, após longo debate com a sociedade, especialistas e educadores de todo Brasil, entra em vigor a nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusiva-mente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BNCC, p.7).

De acordo com o documento, elaborado por especialistas de todas as áreas do conhecimento, “Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro (BNCC, p.5).

O mesmo documento ainda ressalta,

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. BNCC p.5

Com a Base, o Ministério da Educação pretende garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros e seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando escolhas necessárias para a concretização de projetos de vida e a continuidade dos estudos.

Para a BNCC, cada competência é reconhecida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação

da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)4.(BNCC p.8)

A Base Nacional Comum Curricular, além das competências gerais, aborda as competências e habilidades específicas para cada componente curricular. Para o componente Língua Portuguesa temos as competências específicas de linguagens e as competências específicas de língua portuguesa. Tanto na competência de Linguagens como na competência de língua portuguesa, não há dúvidas sobre a importância do ensino, reconhecimento e valorização das histórias e culturas indígenas em todas as esferas do uso da língua e comunicação.

Assim, tanto a Lei nº 11.645, de 2008 quanto a BNCC, instituem a obrigatoriedade do ensino de história e culturas indígenas na educação básica no sentido de tentar assegurar práticas escolares que garantam um diálogo étnico-cultural respeitoso com a condição básica de reconhecimento dos povos originários, sendo eles interlocutores legítimos, assegurando o respeito aos seus conhecimentos e saberes, considerando sua história, sua cultura e os modos próprios de viver.

Pra Silva e Costa

O ensino das histórias e culturas das populações indígenas, assim como as afro-brasileiras e africanas, deve, pois, transversalizar os conteúdos já abordados em disciplinas como História, Artes e Literatura. Espera-se que com essa medida- além de outras- seja revertido paulatinamente, um quadro sombrio de desconhecimento a respeito da presença de sociedades que há muito vivem nos atuais territórios americano e brasileiro e que sobrevivem física e culturalmente através dos tempos, lutando, inclusive, contra o próprio extermínio. (p.67)

Faz-se necessário que ocorram discussões sobre a inclusão da temática da diversidade cultural, tendo em vista que a inserção desses valores culturais no currículo escolar envolve um olhar de um outro ponto de vista. Assim, quando se analisa os grupos indígenas é importante observar os aspectos culturais deixados por eles, que vai muito além de apontar os hábitos de dormir em redes e de tomar banho diariamente; o consumo de mandioca e milho.

Sabemos que uma lei, por si só, não é capaz de mudar o estado de coisas, os status quo de uma sociedade. Entretanto, devemos reconhecer que sua existência enseja reflexões que podem provocar modificações na realidade de inúmeras escolas Brasil afora. (SILVA E COSTA. p. 69).

Ensinar história e culturas indígenas nas escolas, em todas as áreas do conhecimento, abre caminho para mudar a visão e a postura diante das questões relacionadas aos diferentes grupos étnicos que fizeram parte da história do Brasil.

2.3 Silenciamento como discurso

Desde o “descobrimento do Brasil” que os povos originários têm sido alvo de violências de várias ordens (física, moral, religiosa ou territorial), entre elas o apagamento de sua voz diante a História oficial. Os diversos povos indígenas que aqui viviam possuíam técnicas de preservação da memória, com força na oralidade. Hoje, alguns povos já possuem sistema de escrita alfabética, e a voz indígena daquele tempo foi preservada através de grafismos, cantos e narrativas orais. Na década de 1980, a literatura surge como uma forma de resistência que vem mostrar a vivência indígena e valorizar a memória dos povos originários. Graúna (2013) considera a literatura indígena como um lugar de sobrevivência das vozes silenciadas.

Nesse processo de reflexão, a voz do texto mostra que os direitos dos povos indígenas de expressar seu amor à terra, de viver seus costumes, sua organização social, suas línguas e de manifestar suas crenças nunca foram considerados de fato. Mas, apesar da intromissão dos valores dominantes, o jeito de ser e de viver dos povos indígenas vence o tempo: a tradição literária (oral, escrita, individual, coletiva, híbrida, plural) é uma prova dessa resistência. (GRAÚNA, 2013, p.15).

Para os povos originários, o silêncio é o não dizer. Na mata, é a ausência de barulho, de ruídos. Esse dizer poder ser expresso na fala, na escrita, na arte, na música, na dança, no grafismo, na culinária, na história, na literatura. Cada vez que um indígena pode ser quem ele é, e viver ao seu modo, não há silêncio. Cada vez que um texto escrito por um indígena é publicado, ou quando um indígena dá uma entrevista, por exemplo, há uma quebra de silêncio. Quando os registros da história não narram a continuação da existência dos povos indígenas, eles lacram as vozes indígenas. Vozes lacradas são apagamento de identidade, de existência.

Para a autora Eni Orlandi, o apagamento da identidade, cultura e voz está rodeado de um silêncio, silenciamento e censura que adentrou o Brasil já na chegada dos primeiros colonizadores. Segundo a autora, o brasileiro não fala, é falado. Nos discursos sobre o Brasil, este determina o lugar de que devem falar os brasileiros, ou não lhes dá voz.

Os escritos de Orlandi explicam sua tese sobre silêncio, podendo distinguir-se de três formas: 1- o silêncio fundador (base de formação dos sentidos), 2- o silêncio constitutivo, e 3- o silêncio local (ou censura). Para esses dois últimos, Orlandi chama de política do silêncio ou “silenciamento”, visto que imprimem um recorte (entre o dito e o não-dito), garantindo-se do domínio do poder-dizer. Orlandi afirma que o silêncio fundador não recorta, ele significa em si. Ele determina a política do silêncio: significa que em si o não-dizer faz sentido e faz um sentido determinado.

Na política do silêncio, em consequência ao poder-dizer, se diz “x” para silenciar “y”. Assim, o “Y” representa o não-dito excluído pelo dito. Desta forma, o não-dizer acontece em relação com a história e a ideologia. Esse silêncio trabalha os limites das formações discursivas em dois níveis: 1- a política do silêncio geral: o que é preciso não dizer para poder dizer. 2- aquilo que do dizível é proibido dizer pela censura. Alguns sentidos são censurados ou pelo sujeito de uma formação discursiva, ou para toda uma comunidade em algum local historicamente determinado. “Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência).” (Orlandi, 2007, p. 29) O silêncio local (ou censura) é aquele em que entra a interdição por alguma forma de poder da palavra (interno ou externa). Por repetidas vezes, a censura está diretamente relacionada ao modo como se produz ciência, história e cultura, apagando aspectos característicos de suas formulações. No caso dos povos indígenas, o silenciamento histórico persiste nos momentos em que se fala pelo e do índio, mas não se abrem espaços para que o indígena fale sobre si mesmo. Assim, a FUNAI ou estudiosos ou outras pessoas relacionadas ao poder público trazem o que pretendem demonstrar como a voz do índio, quando, na verdade, eles explicitam o silenciamento a que esses povos são submetidos.

3 METODOLGIA

No contexto do trabalho foi adotado o tipo de pesquisa exploratória, pois este trabalho acadêmico baseou-se em pesquisas bibliográficas realizadas em livros didáticos. Foram analisadas seis coleções de livros didáticos de língua portuguesa adotados por 37 escolas de Blumenau. A pesquisa abordou uma análise criteriosa nos quatro livros de cada coleção - 6º, 7º, 8º e 9º ano- verificando a presença de textos dos diferentes gêneros, imagens, fotos ou

gráficos, que fizessem qualquer referência à temática indígena contemplada na Lei 11.645/2008.

Importante informar que todas as coleções analisadas asseguram o cumprimento da nova BNCC. Esta, por sua vez, afirma cumprir a Lei 11.645/2008.

3.1 Caracterização da Pesquisa

O propósito desta pesquisa é a aplicação da Lei 11.645/08, em livros didáticos do ensino fundamental adotados nas escolas municipais de Blumenau, por considerarmos uma etapa importante para o desenvolvimento da linguagem e para a formação cidadã dos alunos. Para tanto, analisamos seis coleções de livros didáticos de português do 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental. Todos os livros foram publicados em 2018. Desta forma, o período é posterior à implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e o período em que ambas as leis estão em vigor. Portanto, a análise parte da coletânea de textos presente nos livros e da reflexão proposta pelas atividades de leitura e/ou produção textual que envolvam textos da temática da Lei 11.645/08. Com esses critérios, o objetivo deste estudo foi revelar em que medida os livros didáticos de português do ensino fundamental abordam a interculturalidade no que diz respeito às culturas afro-brasileira e indígena.

Embora a prioridade desta pesquisa esteja voltada para a temática indígena, ela contabilizou as referências sobre o tema Afro e negros que apareceram nos LD.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 O livro didático

A partir do exposto, analisaremos livros didáticos para o Ensino Fundamental de seis coleções, em que cada coleção é composta por quatro livros, de 6º, 7º, 8º e 9º ano. Na primeira coleção, temos *Geração Alpha*, publicado pela Editora SM (2018); a segunda coleção será *Tecendo Linguagens*, lançado pela Editora IBEP (2018). A terceira coleção será *Se liga na língua*, publicado pela editora Moderna (2018), já a quarta coleção será *Português conexão e uso*, da editora Saraiva (2018). A penúltima coleção será *Singular e Plural* da editora Moderna (2018) e a última coleção, *Apoema*, lançada pela Editora do Brasil (2018). O objetivo é identificar se houve inserção da temática indígena ou se é possível demonstrar o silenciamento. A análise considerou a aplicação ou não da Lei 11.645/08.

Os livros adotados pelas escolas estarão em uso por quatro anos, respectivamente em 2020, 2021, 2022 e 2023.

Essas seis coleções correspondem à escolha de trinta e sete escolas da rede municipal de Blumenau conforme o quadro:

37 Escolas	Geração Alpha	Conexão e uso	Se liga na língua	Tecendo linguagens	Singular e Plural	Apoema
TOTAL	13*	10*	06*	04*	03*	01*

Tabela elaborada com informações coletadas pela autora.

*Quantidade de escolas que adotou cada coleção de livros didáticos de LP para uso nos anos 2020, 2021, 2022 e 2023.

É importante salientar que a pesquisa consistiu na abordagem da temática e suas referências diretas para tratar da diversidade cultural. Foi analisada a autoria dos textos utilizados nos LD, se eram autores indígenas ou não.

4.2 Apresentação dos dados coletados

Coleção Geração Alpha

Alpha

	Lendas, mitos, memórias, Biografia, poesia, música	Reportagem/ Entrevista/ Notícia/ Infográfico.	Tema/Texto usado com pretexto à interpretação e uso da gramática	Textos sobre língua, linguagem	Fotos, propagandas com referência a cultura, arte, costumes, crenças	Referência ao indígena americano	Referência Afro/negro: racismo/preconceito, Lendas, mitos, biografia, reportagem, entrevista, debate, artigo de opinião, imagens.
6º ano							02
7º ano	01- A		02- B e C				
8º ano	01 – G	02- E e F			01 – D		
9º ano		01 - H			01- I		

Tabela elaborada pela autora.

A – Lenda “A lenda do Xingu e do Amazonas” da autora Silvana Salerno. A unidade trata do gênero lenda. Faz a análise e estudo do texto buscando enfatizar as características do gênero.

B - O texto “O papel das lendas e mitos na cultura indígena” afirma que “os índios não possuem registro escrito” o que não é verdade, pois escritores indígenas de diversas etnias têm se empenhado em registrar as histórias do seu povo, como por exemplo, o autor Daniel Munduruku, com mais de cinquenta obras publicadas, dentre elas “A caveira-rolante, a mulher-lesma e outras histórias indígenas de assustar” da editora Global, 2010. Do autor Yaguarê Yamã, com quinze livros publicados, temos “Murûgawa mitos, contos e fábulas do povo Maraguá” publicado pela editora Martins Fontes em 2009.

Voltando ao livro didático, junto ao texto e nas barras laterais do livro, há notas explicativas como: A cultura indígena nos livros, Rio Amazonas, Preservação da Amazônia e explicações sobre o gênero lendas e sua função social. Na nota explicativa sobre a preservação da Amazônia, há três questionamentos. Dois deles fazem menção aos povos da Amazônia e sua relação com a preservação da memória cultural do lugar e preservação da Amazônia. O manual do professor faz referência à Habilidade (EF69LP44): “Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção”.

C – O texto “Uma palavrinha aos pequenos leitores” é a apresentação do livro *As serpentes que roubaram a noite: e outros mitos*, do autor indígena Daniel Munduruku. Com

pretexto gramatical, estrategicamente os pronomes possessivos e demonstrativos foram retirados do texto. O exercício pede que o texto seja preenchido com os pronomes corretos. No manual do professor, há orientações didáticas para que o professor utilize outras lendas do livro citado para explorar o uso dos pronomes interrogativos e relativos. O manual sugere o episódio “Quando a pena do índio escreve” do programa Super Libris da SESC TV que fala sobre o escritor indígena Daniel Munduruku.

D – A unidade “Carta do leitor e debate regrado” faz uso de uma foto de indígenas de várias etnias ao lado do edifício do Congresso Nacional. A proposta da unidade é instigar os alunos a expressarem suas opiniões. O manual do professor sugere uma pesquisa sobre o processo histórico e político da demarcação de terras indígenas.

E e F – Uma notícia e duas cartas do leitor discorrem sobre os problemas que afetam indígenas referentes ao benefício bolsa família e como altera a rotina de indígenas na região do Xingu. Não há, nos textos, referência à cultura e história dos povos indígenas. Há no manual do professor, uma sugestão de pesquisa sobre os povos indígenas que vivem no Xingu.

G – Na seção *Uma coisa puxa a outra*, o texto abordado é um rap escrito por jovens indígenas da etnia Guarani Kaiowá. O manual do professor justifica a habilidade (EF69LP21RS-2) “Emitir parecer e apreciação de produções culturais com criticidade e respeito à argumentação e à contra argumentação, posicionando-se frente aos fatos discutidos” pra utilização do texto.

H e I – Na seção *Uma coisa puxa a outra*, o título “O esporte além do esporte” vem acompanhado de uma foto (de mulheres indígenas em uma corrida de tora) e um pequeno texto sobre as olimpíadas indígenas. Tanto texto quanto imagem são utilizados com pretexto de análise e interpretação de informações expressas, tanto no texto quanto na imagem. O texto é informativo e todas as questões induzem à localização de informações do texto. Há, no manual do professor, uma sugestão de pesquisa sobre os jogos dos povos indígenas na sala de informática. A proposta da pesquisa é reforçar o uso de imagem e texto para promover uma discussão oral sobre os jogos indígenas.

Coleção Conexão e Uso

Conexão e uso

	Lendas, mitos, memórias, Biografia, poesia, música	Reportagem/ Entrevista/ Notícia/ Infográfico.	Tema/Texto usado com pretexto à interpretação e uso da gramática	Textos sobre língua, linguagem	Fotos, imagem, propaganda com referência a cultura, arte, costumes, crenças	Referência ao indígena americano	Referência Afro/negro: racismo/preconceito, Lendas, mitos, biografia, reportagem, entrevista, debate, artigo de opinião, imagens.
6º ano			01- A				
7º ano	01 - B		03 - C		01 - D		03
8º ano		01 - E				01	03
9º ano	01 - G				01 - F		04

A - Imagens e texto com cinco linhas retirados do site “Povos indígenas do Brasil” com pretexto de ensino à pesquisa digital. Não aparenta intenção de tratar o tema indígena. Apenas se usa das imagens e texto com questionamentos e para orientação da pesquisa digital.

B - Lenda “Como nasceram as estrelas”, de Clarice Lispector. Exercícios com análise da estrutura do texto e recursos expressivos. Há na unidade uma proposta de pesquisa e roda de conversa sobre as divisões de trabalho entre homens e mulheres, tema que aparece na lenda. A proposta sugere uma conversa sobre atividades feitas por homens e mulheres nas cidades: tarefas mais desgastantes, mais perigosas, mais essenciais que outras e sobre a divisão de tarefas em casa. Há, no manual do professor, uma orientação para pesquisa no site *Povos Indígenas do Brasil*: “Assinale um povo indígena para cada grupo. Escolha aqueles que apresentem informações sobre a divisão do trabalho entre homens e mulheres”.

C 1- Notícia sobre a barragem de Mariana. A notícia apenas menciona que uma aldeia Krenak foi atingida também.

C 2- Recorte de duas notícias e uma entrevista sobre um assunto em comum: o povo indígena Munduruku. Textos usados com pretexto para ensino e explicação de tempos verbais e seqüências textuais. As informações dos textos são fragmentadas.

C 3- O Texto “Aos povos da floresta” é uma carta aberta sobre o genocídio indígena e a ação do governo no apoio às leis que apóiam o agronegócio, mineração, e o descaso sobre o roubo de terras indígenas, desmatamento, queimadas e poluição de rio. A carta segue assinada por três indígenas, vem com o pretexto de identificar e fixar elementos de textos argumentativos. Há na borda do livro uma indicação sobre o site Instituto Socioambiental para pesquisar notícias sobre o meio ambiente e povos indígenas e seus direitos. Não há

qualquer orientação de explicação ou indicação de pesquisa sobre o tema indígena no manual do professor.

D - Tela de busto uma jovem indígena com grafismo no rosto. A imagem vem acompanhada de outra tela de uma jovem negra. Na unidade *A linguagem do corpo e o discurso da publicidade*, a imagem é utilizada apenas para um questionamento: As obras lhe parecem representativas das adolescentes e jovens brasileiras atuais? A resposta é pessoal. Na discussão da unidade, faz-se uma reflexão sobre a não padronização da imagem da pessoa jovem. Que há indivíduos com particularidades marcadas por características sociais e culturais, e que o lugar onde se vive e o modo como interage socialmente, na vida familiar, na escola, no bairro, na cidade onde mora são fatores que fazem do jovem um ser único. Não há no manual do professor qualquer orientação para abordar a temática indígena.

E - O texto é uma reportagem digital “Os indígenas que escaparam do extermínio” de autoria de duas jornalistas não indígenas. Aborda a história do povo Panará, removido em 1975 para o parque do Xingu. A reportagem narra a saga do povo que sofreu um exílio forçado e renasceu depois de recuperar suas terras. A unidade trabalha textos do campo jornalístico inicia com os seguintes questionamentos: 1) O que você sabe sobre os povos originários do Brasil? 2) Já ouviu falar de um povo que tem o nome de Panará? Sendo a reportagem o segundo texto da unidade, este também é usado para identificar o fato ou temática retratados na perspectiva de abordagem e estudo de sequências narrativas e descritivas do texto, bem como recursos expressivos da língua. O manual do professor faz uma ressalva sobre a competência geral da educação Básica

9. Empatia e cooperação: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

F- Imagem do site oficial do Museu do Índio. A imagem é utilizada com o pretexto de vivenciar e registrar observações e impressões em um relatório de visita. A manual do professor traz referência à Competência específica de Linguagem “5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas”. (BNCC p. 65)

G – Poema “Canção peregrina”, da autora indígena Graça Graúna. Além da abordagem dos recursos expressivos do texto, há também uma referência dos elementos e recursos abordados no poema em que a autora expressa a forma de ver o mundo e retrata aspectos da realidade dos povos originários. O texto vem na perspectiva de análise de sub-representatividade social e política. O manual do professor orienta para uma exploração da competência específica de linguagens para o ensino fundamental:

5- Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural” (BNCC p.65).

O manual faz uma nota explicativa de curiosidade sobre o dia da mulher indígena comemorado dia 03 de setembro e sugere o site *Índio e nós* para mais informações sobre a situação dos povos indígenas no Brasil..

Coleção Se liga na língua

Se liga na língua

	Lendas, mitos, memórias, Biografia, poesia, música	Reportagem/ Entrevista/ Notícia/ Infográfico.	Tema/Texto usado com pretexto à interpretação e uso da gramática	Textos sobre língua, linguagem	Fotos, propagandas com referência a cultura, arte, costumes, crenças	Referência ao indígena americano	Referência Afro/negro: racismo/preconceito, Lendas, mitos, biografia, reportagem, entrevista, debate, artigo de opinião, imagens.
6º ano							02
7º ano							03
8º ano							02
9º ano				02- A	01 -B		01

A 1- Na seção “Mais da língua”, o texto *O português brasileiro* é um recorte de 13 linhas de uma carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel, de Portugal, contando sobre os primeiros contatos dos portugueses com os nativos de território brasileiro. Há no manual do professor, uma nota explicativa orientando o professor a oferecer aos alunos explicações sobre a formação da língua portuguesa. Ainda no manual, há uma sugestão de parceria com o professor de história para ampliar os conhecimentos concernentes aos dois componentes curriculares. Porém o manual cita competências específicas de história e não de linguagens ou de língua portuguesa.

A 2- Na seção “Mais da língua”, um texto informativo- sem título- inicia-se explicando que o português não é a língua original do Brasil e que quando os europeus aqui chegaram, encontraram vários povos indígenas, que falavam mais de trezentas línguas. Entretanto, conforme nos mostra a página “Mirim.org” (<https://mirim.org/linguas-indigenas>),

havia no Brasil mais de mil e trezentas línguas indígenas no período da chegada dos europeus no Brasil. O texto afirma que a língua portuguesa foi se impondo, mas manteve as contribuições indígenas. Não há, no texto, exemplos de palavras indígenas que se incorporaram à língua portuguesa, entretanto faz menção a palavras de origem africana e de outras línguas que acabaram sendo incorporadas ao uso cotidiano. O manual do professor não traz orientações ou sugestões para o texto.

B- A seção “Expresse-se”, mostra quatro fotos diferentes de casas destacando a arquitetura. Uma das fotos é de uma casa orgânica e futurista em Paraty (RJ). No questionário sobre as casas, a referida foto é citada como sendo inspirada nas moradias indígenas. Há apenas um questionamento sobre a foto: “Você reconhece na Casa Arca alguma semelhança em relação às habitações indígenas? Explique”. Não há no manual do professor qualquer explicação ou orientação de pesquisa sobre quaisquer assuntos relacionados à temática indígena.

Coleção Tecendo Linguagens

Tecendo Linguagens

	Lendas, mitos, memórias, Biografia, poesia, música	Reportagem/ Entrevista/ Notícia/ Infográfico.	Tema/Texto usado com pretexto à interpretação e uso da gramática	Textos sobre língua, linguagem	Fotos, propagandas com referência a cultura, arte, costumes, crenças	Referência ao indígena americano	Referência Afro/negro: racismo/preconceito, Lendas, mitos, biografia, reportagem, entrevista, debate, artigo de opinião, imagens.
6º ano					01-A		04
7º ano							10
8º ano	03- C e D		01 - B				02
9º ano							01

A – Na seção “Preparando-se para o próximo capítulo”, que tratará o tema família, há uma foto de uma família indígena Arayo, do Mato Grosso, de 2016. Ela vem acompanhada de outras duas fotos de família, uma de imigrantes italianos no Espírito Santo, por volta de 1888, e outra, de família de negros, que vive em Ruanda, 2015. A seção explora o álbum de família na intenção de que os alunos façam uma pesquisa em casa com suas famílias e resgatem histórias e curiosidades. Não há no manual do professor, tampouco na seção, qualquer menção à temática indígena.

B - História em quadrinhos do autor Maurício de Sousa com o personagem Papa-Capim. Texto utilizado para estudo de adjunto adverbial. Sem destaque à temática indígena.

C- Na seção “Ampliando Horizontes”, há a indicação de leitura das literaturas “Lendas e mitos do Brasil” e “Lendas brasileiras para jovens”. As duas literaturas abordam lendas e mitos indígenas, porém os autores não são indígenas. A unidade abordou os gêneros Mitos e lendas. O manual do professor não faz sugestão ou orientação de pesquisa ou explicação de algo referente à histórias e cultura indígena.

D - Lenda “Irapuru: o canto que encanta” do autor não indígena Valdemar de Andrade e Silva. O livro do aluno traz uma abordagem do gênero sem mencionar a questão indígena. O manual do professor faz explicação e sugere autores e sites de pesquisa sobre lendas indígenas. Nenhum de autoria indígena.

Coleção Singular e Plural

Singular e plural

	Lendas, mitos, memórias, Biografia, poesia, música	Reportagem/ Entrevista/ Notícia/ Infográfico.	Tema/Texto usado com pretexto à interpretação e uso da gramática	Textos sobre língua, linguagem	Fotos, propagandas com referência a cultura, arte, costumes, crenças	Referência ao indígena americano	Referência Afro/negro: racismo/preconceito, Lendas, mitos, biografia, reportagem, entrevista, debate, artigo de opinião, imagens.
6º ano	01- A	01- B		01 - C	01-D		05
7º ano		01- E	01- F				03
8º ano							06
9º ano							03

A- O capítulo 2, com o título “Histórias (re)vividas-lembrar, relatar e narrar” apresenta um fragmento do livro “Meu avô Apolinário” do autor indígena Daniel Munduruku, que vem acompanhado de uma nota explicativa sobre a influência das línguas nativas que batizaram nossa fauna, flora e regiões geográficas; e de um glossário apenas com a palavra igarapé. Para introduzir este texto, o livro traz uma introdução “Converse com a turma”, em que apresenta uma pequena biografia do autor e questiona os alunos sobre costumes e cultura do povo Munduruku e sobre o autor. Após o texto, os questionamentos são sobre os recursos de linguagem, procedimentos narrativos do texto, verbos e locução verbal. O manual do professor vem recheado de orientações sobre esses questionamentos. Alguns questionamentos fazem referência à memória, visto que este é o título/tema do capítulo. Neste caso, à memória do avô Apolinário. Ao final dos questionamentos o livro faz uma indicação de pesquisa e leitura do livro “Meu avô Apolinário”.

B- No capítulo 4 “Informação e opinião: o campo jornalístico em foco”, a notícia “Crianças indígenas são retratadas em exposição fotográfica no Acre” vem acompanhada de uma nota explicativa sobre *notícia*, um pequeno glossário com as palavras etnia, mosaico, difusores, curadora e fomentar; e a menção da lei 11.645/2008. O manual do professor vem repleto de informações e orientações sobre o gênero notícia.

C- No capítulo 10 “Espaços de divulgação científica”, a atividade 02- *Leitura e apresentação oral* apresenta quatro textos de diferentes temas. Um desses textos é “Ananguera, abacaxi, Tietê: a contribuição das línguas indígenas para o português que falamos hoje”. A proposta da atividade é organizar uma apresentação oral sobre um dos textos, que será definido pelo professor. No manual do professor há uma expectativa com a leitura do texto: “*O especialista fala da origem indígena de algumas palavras incorporadas no português, dos povos indígenas que viviam no Brasil à época do descobrimento. Espera-se que os grupos que leram esse texto apresentem alguns exemplos pra turma no momento da exposição oral*”. Não há no manual do professor outras explicações ou sugestões de leitura e pesquisa sobre a temática indígena.

D- O capítulo 11 “Quando a palavra ganha vida no palco-leitura de textos teatrais” apresenta uma foto de uma cena da peça teatral “Meu avô Apolinário”, dirigida por José Sebastião Maria de Souza. A foto vem acompanhada de uma nota explicativa informando que a montagem da peça contou com atores de origem indígena. O livro faz referência ao texto do autor Daniel Munduruku que já foi lido no capítulo 02. Tanto as orientações da manual do aluno quanto a do professor trazem explicações, orientações e questionamentos sobre textos teatrais e encenação: adaptações, posição e expressão corporal, figurino.

A continuação desse capítulo propõe uma oficina de leitura e criação com personagens do folclore brasileiro: Curupira, Boitatá, Saci, Mãe-d’água, Caipora, Iara. Entretanto não há qualquer referência ou menção da relação do folclore com as lendas e mitos indígenas.

E- Notícia sobre grupo de rap Brô MC’s, guarani Kaiowá de Dourados- MS. Texto abordado na unidade temática: “A diversidade cultural nos preferências musicais” traz explicação sobre diversidade cultural, depoimento de dois, dos quatro integrantes do grupo de rap e glossário com as palavras Guarani Kaiowá, Etnia, cacique. No do manual do professor, há várias orientações como: “Questionar os estudantes sobre qual a imagem eles têm do povo indígena e como acreditam que sejam os jovens das diversas aldeias brasileiras”. Sugere pesquisa e discussão sobre pontos de tensão vividos pelos povos indígenas principalmente

diante da dinâmica de poder e conflitos sobre terras, que fundamentam discursos de políticas públicas.

F - Música de Dorival Caymmi “Saudade de Itapoã”. Há apenas uma nota explicativa sobre a palavra Itapoã (de origem tupi: pedra que ronca). Análise de melodia, entonação, ritmo, eu lírico. Não há no manual do professor qualquer orientação ou sugestão de pesquisa sobre a temática indígena.

Coleção Apoema

Apoema

	Lendas, mitos, memórias, Biografia, poesia, música	Reportagem/ Entrevista/ Notícia/ Infográfico.	Tema/Texto usado com pretexto à interpretação e uso da gramática	Textos sobre língua, linguagem	Fotos, propagandas com referência a cultura, arte, costumes, crenças	Referência ao indígena americano	Referência Afro/negro: racismo/preconceito, Lendas, mitos, biografia, reportagem, entrevista, debate, artigo de opinião, imagens.
6º ano				01- C			01
7º ano							01
8º ano						01	
9º ano			01- A	01- B			05

A - Acompanhado de uma foto, parágrafo de cinco linhas, é um recorte de uma reportagem sobre espécies recém descobertas no Pico da Neblina, que cita o povo Yanomami. Texto utilizado para exercício de localização de informações e uma proposição que questiona a relação dos Yanomami com a natureza. No manual do professor, há uma explicação sobre o povo Yanomami e sua localização geográfica.

B- Texto sobre bilingüismo e ensino de línguas indígenas. Texto sem qualquer explicação ou questionamento anterior ou posterior. O assunto anterior tratava do racismo acompanhado de uma campanha do governo da Paraíba e de bullying na escola com diversos questionamentos sobre os assuntos; o texto sobre bilingüismo indígena aparece entre as questões 6 e 7.

C - Texto curto “Língua e cultura” na unidade língua em foco. A unidade explora os conceitos de linguagem verbal e não verbal, língua falada e língua escrita. O texto informativo aborda o número das línguas faladas no mundo a as línguas indígenas no Brasil. As línguas indígenas, na sua maioria, não têm uma escrita, por isso estão ameaçadas. Trata a língua como preservação de identidade e cultura. Há no manual do professor orientação para explicação de adequação da linguagem às situações comunicativas e aos interlocutores, sem que se reporte à temática indígena.

4.3 Discussão dos resultados

Do material localizado nos LD da pesquisa, foram encontrados poucos avanços em comparação ao total silenciamento que se observou em períodos passados no tratamento dado à temática indígena e à diversidade cultural em alguns dos referidos livros; no caso, a veiculação de informações mais atualizadas, mais próximas da realidade, ou o uso do conceito de cultura. A temática em questão gera desdobramentos e merece ser tratada com cuidado e com todo respeito. Entretanto o que gera preocupação é a escassez na abordagem do tema nos LD, concentrando uma quantidade muito inferior dentre as temáticas gerais dos livros, além de que, nessa quantidade, uma parcela demonstra o que Orlandi explica como uma das formas do silenciamento, que é o impedimento da fala, neste caso, dos índios; parte dos textos traz outras pessoas falando sobre o indígena; além de informações equivocadas (falta de literatura indígena ou número de línguas indígenas o descobrimento).

Reconhecemos que, embora a Lei nº 11.645/08 constitua um avanço, em termos de possibilidade de acesso aos conhecimentos sobre os povos indígenas no Brasil, sua aplicação demanda maiores esforços e investimentos. O livro didático continua sendo um instrumento de reprodução da ideologia (em termos segregadores) e do saber oficial. Ele é um veículo portador de um sistema de valores e de uma cultura, infelizmente, generalizando e tornando naturais temas que dizem respeito unicamente à estrutura dominante. Assim, os livros didáticos, mesmo com todas as reelaborações, de forma geral, corroboram a invisibilidade e o silenciamento das sociedades indígenas e de tantos outros grupos sociais ainda hoje.

Dos textos utilizados, nos LD, na sua maioria os autores não são indígenas. Assim, não temos a censura como a temática indígena, visto que garantida em forma de lei ela é abordada. Entretanto é nítida a censura na voz indígena quando os textos abordados são de não indígenas. Essa ausência nos LD, de textos escritos por autores indígenas, não se justifica na fala de que “há poucos textos escritos por indígenas”, visto que há no Brasil um considerável catálogo de obras escritas por homens e mulheres indígenas de diferentes etnias brasileiras que têm se dedicado a registrar suas narrativas ancestrais, bem como sua saga na preservação de seus costumes e crenças, e seus enfrentamentos diários na luta por sua existência e resistência. Na política do silêncio, é o dizer “x” para silenciar “y”.

Dos pontos de estudo de Orlandi, outra questão a ser apontada nos LD é o silêncio enquanto impedimento de formação de identidade. Por diversas vezes, os manuais tratam, nos temas/assuntos e gêneros abordados, situações de origem indígenas ou de grande contribuição, nas áreas da linguagem e literatura; porém não há qualquer alusão aos povos originários no LD. Só o que temos é um silêncio, e este significa.

Ainda na política do silêncio, nas formações discursivas do nível: 1- a política do silêncio geral: o que é preciso não dizer para poder dizer; nos manuais dos LD não se diz sobre as histórias e culturas indígenas e sua forte e significativa influência na formação cultural e lingüística da nação brasileira, ao ponto que o dizer sobre a cultura branca, eurocêntrica, não se cala. Os livros didáticos replicam e favorecem outras culturas em seus discursos, em cenários onde o ensino das histórias e culturas indígenas seriam indispensáveis e fundamentais para formação histórica e cultural dos estudantes.

Sob a ótica do discurso, o não dizer da voz indígena nos LD, significa silenciamento, apagamento. Assim, nos LD, a persistência na dominância dizer eurocêntrico significa silenciamento às outras culturas.

Esta análise é feita, tendo em vista que não há legislação que indique a pertinência das escolhas dos textos dos LD serem feitas por indígenas. Embora a Lei 11. 645/2008 esteja em vigor, a sua aplicação se dá pelos mesmos que, historicamente, decidem o que é relevante no discurso dos LD.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, a busca em verificar se a Lei 11.645/08 foi abordada nos livros didáticos selecionados pelo município de Blumenau. A escolha por trabalhar com livros aprovados pelo PNLD depois da implantação da referida lei foi feita no propósito de observar os avanços no que diz respeito à abordagem da temática da cultura e história indígena. Contudo, este estudo mostrou que, embora tenha se passado mais de uma década após a Lei 11.645/08 entrar em vigor, pouco é o avanço constatado em relação à coletânea de textos presentes nos LD de português na abordagem do tema pesquisado.

Embora exista, mesmo que escassamente, a referência à temática da história e cultura indígena, esta ocorreu de maneira superficial na maior parte dos textos. Isso aponta que os povos indígenas são representados de maneira equivocada e superficial, na medida em que são desconsiderados seus aspectos culturais e históricos que muito contribuíram para a formação de nossa sociedade atual.

Desta forma, constatou-se que, mesmo após a promulgação da lei 11.645/08, é mínima a abordagem de temáticas relacionadas à história e cultura indígena, pois quando o referido assunto foi mencionado, trouxe à tona a premissa defendida por Orlandi (2007), de que

Com o silêncio, ultrapassa-se o sentido do não-dito como aquilo que se pode dizer mas não é preciso, ou não-dito que exclui, para atingir o funcionamento da significação em que estão em jogo a constituição mesma do processo de significar e o ponto de efeito discursivo de onde falam “outras” palavras. (p. 170).

Assim, a Lei 11.645/08 é abordada de forma insatisfatória, mas permite que os livros sejam aprovados pelo PNLD. É preciso lembrar que, nesse caso, o objetivo legal não é cumprido, uma vez que o intercâmbio cultural é comprometido em virtude da maneira como é abordada a temática nos livros didáticos de língua portuguesa do ensino fundamental.

Considerando que Blumenau foi fundada em território indígena, e do modo como a temática indígena é tratada na maioria desses livros, podemos chegar à conclusão de que, além de desconhecer a história do município quanto à presença indígena no passado e atual, se estes alunos, para os quais os livros didáticos são destinados, não passarem por alguma vivência concreta envolvendo os povos indígenas ou não entrarem em contato com informações precisas a seu respeito, continuarão, por um bom tempo, acreditando que “índios” são personagens de um passado distante, que os povos indígenas existiram num tempo remoto, em grande quantidade, todavia, atualmente, estão em vias de extinção.

Há a possibilidade, por meio da temática indígena, de educar para a tolerância e o respeito às diferenças, inclusive as diferenças étnicas e culturais, e contribuir com o combate ao preconceito e à discriminação. Entretanto, após a análise dos livros didáticos realizada, é notório que, de fato, ainda são necessárias mudanças significativas na forma de tratar os diversos povos indígenas do Brasil nos manuais didáticos, a fim de garantir a importância de trabalhar mais e melhor a presença do indígena no processo histórico, identitário e cultural, para que em algum momento da nossa história, alcancemos a tão almejada igualdade social. Mas para que isso aconteça é preciso que haja uma reflexão sobre o silêncio do não dito discursivamente.

Para o antropólogo Spensy Pimentel (2012), “é preciso falar sobre os indígenas segundo o que eles mesmos dizem ou escrevem”.

REFERÊNCIAS

- BALTHASAR, Marisa. GOULART, Shirley. *Singular & plural: leitura e produção de linguagem*: manual do professor de 6º ao 9º ano. 3ª edição. São Paulo. Moderna, 2018.
- CLETO, Mirella L. MARCHETTI, Greta. NOGUEIRA, Everaldo. *Geração Alpha Língua portuguesa*: manual do professor de 6º ao 9º ano. 2ª edição. São Paulo. Edições SM, 2018.
- DELMANTO, Dileta. CARVALHO, Laiz B. de. *Português conexão e uso*: manual do professor de 6º ao 9º ano. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2018.
- FARIA, Karla. PATTRESI, Nandja. SOUSA, Silvia Maria de. TEIXEIRA, Lucia. *Apoema português*: manual do professor de 6º ao 9º ano. 1ª edição. São Paulo. Editora do Brasil, 2018.
- OLIVEIRA, Tania Amaral. ARAÚJO, Lucy Aparecida Melo. *Tecendo linguagens*: manual do professor de 6º ao 9º ano. 5ª edição. São Paulo. EBEP, 2018.
- ORMUNDO, Wilton. SINISCALCHI, Cristiane. *Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem*: manual do professor de 6º ao 9º ano. 1ª edição. São Paulo. Moderna, 2018.
- GARROTE, Martin Stabel *Os conflitos étnicos entre colonos e índios no sul de Blumenau/SC: Memórias* - EDUCOGITANS – FURB. IX AMPED SUL - Seminário de pesquisa em Educação da região sul 2012.
- PIMENTEL, Spensy. *O índio que mora na nossa cabeça*. Prumo, 2012.
- SILVA, Giovani José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. da. *Histórias e culturas indígenas na Educação Básica*. Ed. Autêntica, 2018.
- ORLANDI, Eni. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.
- HISTÓRIA DO MUNICÍPIO. Blumenau, 2020. Disponível em <<https://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/historia>>. acesso em: 27de maio 2020
- QUEM SÃO. Fundação Nacional do Índio - FUNAI, 2020. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. acesso em: 27de maio 2020
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular, 2019. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>acesso em: 27de maio 2020.

ANEXOS

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNCC p. 9 e 10)

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (BNCC p.65)

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.

2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.

4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.

5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas,

individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (BNCC p.87)

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.

2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.

3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.

4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.

5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.

6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.

7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias

8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).

9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.

10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.